



Vencer a batalha para avançar na luta

Em meio às investidas para responsabilizar os trabalhadores pela crise econômica mundial, como vem acontecendo na Europa, o governo se defronta com a maior onda de greves no serviço público federal. A intransigência no atendimento das pautas dos servidores, marca dessa gestão, tem acirrado a insatisfação das 40 categorias em greve nesse momento, tornando esse movimento grevista um dos maiores e mais radicalizados dos últimos anos, com protestos e ocupações de prédios públicos por todo o país.

É inegável que a força do movimento obrigou o Governo a retroceder da determinação inicial de não negociar com os grevistas nem oferecer qualquer reajuste. Os últimos dias de agosto têm sido de intensas movimentações nos diversos ministérios e, sobretudo, no Ministério do Planejamento. Nesta semana, 18 categorias receberam propostas com índice padrão de 15,8% e ainda há agenda na próxima semana para as demais.

Estamos em ano eleitoral e a fissura profunda que o movimento dos servidores imprimiu na imagem de Dilma a obriga a lançar mão de todo o seu poderio para tentar conter um possível estrago no desempenho dos partidos da base governista nas urnas. Por isso, temos visto que o silêncio da mídia sobre as greves tem sido substituído por um discurso encomendado que tenta descaracterizar a justeza das nossas reivindicações.

Entretanto, mantém-se clara a intenção do Governo em ter o envio da proposta de orçamento como marco para o fim das negociações. A estratégia do governo de “empurrar com a barriga” o desfecho das negociações até o dia 31 de agosto, explicitada claramente pela Ministra Miriam Belchior, agora assume outro ritmo com a pressão dos últimos dias para que se fechem acordos à toque de caixa. Por outro lado, a reedição de um comunicado do MPOG no rastro de uma decisão judicial contrária aos grevistas do Sindsep-DF traz de volta a ameaça do corte de ponto como forma de tentar intimidar os grevistas.

O setor da Educação, que protagonizou o processo de enfrentamento à política de arrocho salarial de Dilma, tem sido alvo de todas as articulações governistas por ser a maior categoria em greve. Por isso, além da guerra de contrainformação e do assédio pela ameaça de corte de ponto, sofremos também com as tentativas de enfraquecer o movimento grevista pelo estímulo à divisão das categorias. Exemplo disso é o golpe presenciando com a assinatura do acordo para os docentes entre governo e PROIFES, ainda que essa entidade represente em torno de 6% dos professores federais.

Alheio à falta de representatividade daquela federação e ao fato de que nem mesmo na maior parte de suas bases ela conseguiu por fim a greve, o governo tem demonstrado pouca disponibilidade para reabertura da mesa, mesmo tendo ciência dos riscos políticos que essa postura representa. Tanto o ministro Aluísio Mercadante, quanto a ministra Miriam Belchior bem como seus interlocutores, enfatizam a todo momento que consideram encerrada a negociação docente.

No que se refere aos técnicos, vimos o quanto a mobilização foi importante para arrancarmos uma mesa de negociação com o governo, mesmo que as proposições tenham ficado muito aquém do que pleiteávamos. A categoria rejeitou veementemente a proposição de 15,8% em três anos, porém o governo pareceu não compreender isso e insistiu em manter o índice, alegando não haver verba para elevar o percentual ou diminuir o prazo de implementação do reajuste. É bem verdade, no entanto, que mesmo mantendo aspectos insatisfatórios a proposta contém itens de pauta interessantes como, por exemplo, a possibilidade de ampliar a qualificação para os cargos A, B, C e D. O limite, no entanto, está posto: dia 22 está marcada uma reunião considerada como “final” pelos negociadores do MPOG. Além disso, na última mesa de negociação dos técnicos, o governo deixou claro que o dia 24 é a data limite dada ao MPOG para o fechamento do projeto de lei com a proposta de carreira docente e de técnicos a ser enviado ao Congresso, após o crivo da Casa Civil.

Independentemente do desfecho que se dê às tratativas com o Governo, o ganho político a ser contabilizado é um legado para o fortalecimento da unidade entre as categorias da Educação e suas entidades. O Sinasefe, como representante de dois segmentos (TAEs e docentes), tomou para si a tarefa de construí-la e, por isso, firma-se como importante interlocutor entre os sindicatos que compõem o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais..

Até aqui a greve nos trouxe. Vitórias, dificuldades, recuos, avanços. Se queremos que as palavras de ordem tão repetidas na marcha do último dia 15 - “Greve Geral no Serviço Público Federal”- possam ser ouvidas sempre que nos defrontarmos com investidas pesadas contra os trabalhadores, a unidade é fundamental. Para o SINASEFE o momento exige reavaliação a cerca das propostas para os TAEs e os docentes, valendo-se, para isso da 113ª Plenária dos dias 22 e 23 de agosto para delinear os rumos da greve.



Uma onda de greves toma conta do serviço público federal

A falta de interesse por parte do governo em melhorar as condições de trabalho nos diversos setores do serviço público federal tem causado uma justa revolta nos trabalhadores que, há muito tempo, sofrem com uma precarização que é refletida na falta de estrutura, necessidade de reposição dos quadros e congelamento de salários.

A política intransigente que o governo Dilma impõe a classe trabalhadora impede a negociação de reivindicações que vêm sendo manifestadas há anos por inúmeras categorias. Isto fez com que se desencadeasse no país uma onda de greves que coloca em xeque toda a história de um partido que se diz dos trabalhadores.

Desde meados do mês de maio, quando se iniciou a greve das instituições federais de educação, diversas categorias do funcionalismo público federal também vêm paralisando suas atividades, em busca de melhores condições de trabalho, reposição de perdas salariais, reestruturação de carreiras, entre outras reivindicações.

O resultado foi uma adesão de mais de 40 setores de todos os Poderes ao movimento paredista. Só no Poder Executivo, são 30 categorias, dentre elas Agências Reguladoras, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Arquivo Nacional, Capes, CNPQ, IBGE, Incra, além de diversos Ministérios. As entidades representativas calculam que aproximadamente 350 mil servidores estão com as atividades paralisadas.

Esta semana, CUT, Condsef, Anffa (Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários), Fenasps (Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social) e Sinagências (Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação) protocolaram uma representação contra o governo Dilma na Organização Internacional do Trabalho (OIT). O documento denuncia práticas antisindicalistas que vêm sendo adotadas pelo governo da presidenta.

O mês de agosto foi marcado pela deflagração de greve por parte do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, que cruzaram os braços por tempo indeterminado. A intransigência do governo fez com que servidores do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário ocupassem o 7º andar do prédio do MPOG (em 14 de agosto), por não terem recebido proposta concreta por parte do governo.

As greves dos servidores públicos federais tem causado tantos incômodos ao governo, que Dilma pediu ajuda ao ex-presidente Lula para as negociações. Segundo o jornal Valor Econômico, a intermediação de Lula pretende contornar a impaciência dos sindicalistas com diálogos quase sempre sem um desfecho. Ainda de acordo com o jornal, Dilma queixou-se de sua relação com as centrais sindicais ao ex-presidente. A administração federal tem insistido no falso argumento de que os servidores receberam reajustes acima da inflação nos últimos anos e afirma que é necessário priorizar o uso de suas receitas para o enfrentamento da crise econômica internacional.

O prazo estabelecido pelo governo para que os reajustes a serem pagos em 2013 sejam incluídos no orçamento é o dia 31 de agosto. Com isso, as diversas categorias em greve tem intensificado o movimento nas últimas semanas, para pressionar o governo a apresentar propostas concretas que contemplem as necessidades dos servidores.

O Partido dos Trabalhadores tem uma história muito bonita na luta pela democracia, justiça social e liberdade de expressão. Mas hoje, o que vemos é a amnésia de sua própria história. A digníssima presidenta faz uso indiscriminado do poder governamental, ameaçando os servidores de diferentes formas como corte de ponto e ameaças a reitores para que executem o corte, edição do Decreto nº 7.777, de 24 de julho de 2012, e ações judiciais. Por isso, presidenta, perguntamos: “O que é isso companheira?”.



Relato da mesa de negociação dos TAEs

Inicialmente, o governo apresentou respostas aos itens de pauta que apresentamos na audiência anterior, com o seguinte conteúdo:

1. Reajuste de 15,8% no piso da tabela do PCCTAE – Segundo Sérgio Mendonça, o governo tinha chegado a um limite orçamentário e não teria qualquer margem de manobra sobre orçamento. O governo estava mantendo as três parcelas de 5% (março de 2013, março de 2014 e março de 2015);

2. Anexo III (progressão por capacitação – artigo 10 do PCCTAE) – O governo apresentou o posicionamento favorável à aceitação de cursos de carga horária mínima de 20 horas que, somados, poderão atingir a carga horária para progressão entre os níveis de capacitação. Além de ser aceito que o aperfeiçoamento igual ou superior a 180 horas possa ser usado para a progressão por capacitação do Nível de Classificação E.

Não houve avanço na posição do governo de garantir a progressão por salto a partir somente da carga horária do curso vinculada ao nível de capacitação;

3. Anexo IV (Incentivo à Qualificação) – O governo apresentou a seguinte proposta de percentuais para tais incentivos, já a partir de janeiro de 2013:

NÍVEL ESCOLARIDADE	CORRELAÇÃO DIRETA	CORRELAÇÃO INDIRETA
Fundamental Completo	10%	---
Ensino Médio Completo	15%	---
Ensino Médio Profissionalizante ou Médio com Curso Técnico	20%	10%
Graduação	25%	15%
Especialização	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

Observação: Todos os componentes do PCCTAE, independentemente do seu Nível de Classificação teriam acesso a todos as titulações desse incentivo. Não fomos atendidos na retirada da Correlação Indireta, em que havíamos proposto manter apenas uma coluna pelo maior percentual.

4. Democratização das IFEs – O governo só avançou na possibilidade do Técnico Administrativo, independentemente do seu cargo, possa ocupar o cargo de Pro Reitor, desde que possua formação de nível superior. Não existe acordo com o MEC quanto à possibilidade de o TAE ocupar o cargo de Reitor e nem a diretor geral;

5. Aumento do Step – Aumento do step para 3,7% em janeiro de 2014 e para 3,8% em janeiro de 2015;

6. Realizar os seguintes GTs: Inclusão dos TAs das IFEs Militares no PCCTAE; Racionalização dos Cargos (discussão do relatório da Comissão Nacional de Supervisão); Realização imediata do GT Terceirizações no prazo estabelecido pelo SINASEFE.

Depois da apresentação do Governo, a bancada sindical pediu um tempo para analisar o que fora apresentado e encaminhar logo a seguir posicionamento a respeito do seu conteúdo. Após análise chegamos a um entendimento com o governo em vários pontos, alguns já pautados, outros que surgiram nas negociações, e outros em que ainda não se havia chegado a um resultado final, mas que serão respondidos definitivamente



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 012 – 17 de agosto de 2012

amanhã, em audiência às 19 horas:

ITENS QUE TIVEMOS ACORDO COM O GOVERNO:

- Anexo III (progressão por capacitação – artigo 10 do PCCTAE) – O governo apresentou o posicionamento favorável à aceitação de módulos que somados poderão atingir a carga horária para progressão entre os níveis de capacitação. Nós incluímos que tais cursos poderão ser de 20 horas (carga horária mínima). O aperfeiçoamento igual ou superior a 180 horas poderá ser usado para progressão por capacitação do Nível de Classificação E.

- Anexo IV (Incentivo à Qualificação) – Mudança de percentuais para estes incentivos, já a partir de janeiro de 2013:

Observação: Todos os componentes do PCCTAE, independentemente do seu Nível de Classificação teriam acesso a todos as titulações desse incentivo. Não fomos atendidos na retirada da Correlação Indireta, em que solicitamos apenas uma coluna pelo maior percentual.

- Democratização das IFEs – Os Técnicos Administrativos em Educação, independentemente do seu cargo, e que possuam qualificação de nível superior, poderão ocupar o cargo de Pro Reitor. Em relação à representação do SINASEFE nos Conselhos Superiores dos Institutos e do acesso do TAE ao cargo de Reitor, os temas serão tratados em um GT que pautará o debate sobre a Democratização das Instituições Federais de Ensino;

- Aumento do Step – Aumento do step para 3,7% em janeiro de 2014 e para 3,8% em janeiro de 2015;

- Realização dos seguintes GTs e agenda: Inclusão dos TAEs das IFEs Militares no PCCTAE (120 dias); Racionalização dos Cargos (discussão do relatório da Comissão Nacional de Supervisão) e dimensionamento dos cargos (estabelecimento de critérios para ocupação de novos cargos por novos concursos). Prazo de 180 dias para a realização dos Trabalhos; Convocação imediata do GT Terceirizações (prazo de 180 dias para a conclusão dos trabalhos); Democratização das Instituições Federais de Ensino – Incluir o debate sobre a paridade nas universidades; acesso dos TAEs ao cargo de Reitor; normas e regras para o processo de capacitação e qualificação nas IFEs; entre outros pontos vinculados à gestão democrática dessas Instituições; Agenda para discutir o reenquadramento dos Aposentados que à época da implantação do PCCTAE foram enquadrados em uma proporção menor da que estava na tabela anterior. Será feita uma análise técnica e jurídica das injustiças cometidas pelo processo de enquadramento que só levou em consideração o tempo de serviço federal, sem levar em conta o posicionamento no plano anterior e, conseqüentemente, a vida funcional desses aposentados (prazo de realização de 180 dias).

ITENS QUE NÃO TIVEMOS ACORDO COM O GOVERNO:

- Reajuste de 15,8% no piso da tabela do PCCTAE – No retorno apresentamos ao Governo a necessidade de que houvesse alguma mudança de índice para que a categoria pudesse alterar sua posição em relação aos percentuais apresentados. Inclusive dissemos que havia proposta de realizar tal reajuste em uma ou duas parcelas e que a manutenção das três parcelas de 5% poderia gerar mais polêmica na base e impedir a assinatura de um acordo que estava tão perto de ser concretizado com o segmento Técnico Administrativo em greve.

- O governo não aceitou a mudança do percentual de mestres, especialistas e graduados.

O Secretário continuou dizendo da sua dificuldade em mudar tal posição de governo, mas insistimos que gostaríamos que o governo tentasse mais uma vez e entendesse que bastaria um esforço de aumentar estes percentuais para que pudéssemos indicar às bases das duas Entidades em greve a possibilidade de aceitação dos itens do acordo.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 012 – 17 de agosto de 2012

Situação dos docentes

Após a análise das duas propostas apresentadas pelo governo para a categoria docente (as quais foram rejeitadas pelas assembleias de base), durante a 111ª Plena do Sinasefe foi deliberado que deveríamos consultar as bases sobre a possibilidade de apresentar ou não uma contraproposta. De acordo com decisão desta mesma Plena, foi encaminhado que esta contraproposta, caso fosse esse o encaminhamento das bases, seria elaborada na plenária seguinte.

Deste modo, durante a 112ª Plena a contraproposta do Sinasefe foi construída tomando por base as propostas trazidas das assembleias locais. Neste mesmo fórum deliberativo determinou-se que, como parte de nossa estratégia, a proposta somente seria divulgada após a reabertura da mesa pelo governo.

Posteriormente a essas deliberações, durante todas as mesas dos técnicos e encontros que a comissão de negociação teve com o governo, sempre se lembrou a questão docente, sinalizando para a existência de uma contraproposta, construída pelas bases, com o intuito de apresentá-la logo que a Mesa de Negociação Docente fosse reaberta.

Durante todas essas conversas, o governo sempre se manteve intransigente em relação à reabertura da mesa. No entanto, na última Mesa de Negociação dos Técnicos, foi solicitado à nossa entidade que apresente nossa contraproposta por escrito, para que esta seja protocolada, analisada pelo governo e, logo após, seja emitida uma resposta por escrito quanto a ela. Em relação a isso, foi acenado pelo governo a possibilidade de efetuar um aditamento ao acordo assinado com o Proifes, a partir da nossa contraproposta.

Este Comando Nacional de Greve tem total convicção de que é a base quem deve traçar os rumos do movimento. Nesse sentido, tendo em vista a não reabertura da Mesa de negociação docente (definida como condição para apresentação da contraproposta ao governo), solicitamos às seções sindicais que promovam o debate em assembleias acerca da decisão de protocolar ou não o documento contendo nossas deliberações de Plena sobre a carreira docente. Essas considerações devem ser trazidas para a 113ª Plena.

Informes das Seções Sindicais



Servidores do campus Aracruz – IFES, realizam mobilização no campus

Nesta segunda-feira (13) servidores técnicos administrativos, com o apoio dos estudantes, realizaram no campus Aracruz, do Instituto Federal do Espírito Santo, uma série de atividades. Com o intuito de esclarecer a comunidade acadêmica sobre as pautas de reivindicação da greve, os servidores promoveram uma panfletagem no local, além da realização de discussões sobre a pauta nacional e a local principalmente no que se refere às condições de trabalho e participação nas comissões internas.



Ato público-cultural mobiliza servidores do IFPI em greve



Os servidores do Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Corrente realizaram um ato público-cultural na noite da última terça-feira, 14/08. O evento aconteceu na praça da Igreja Matriz de Corrente, e mobilizou servidores, alunos, e comunidade para participar de atividades esportivas, confecção de faixas e apresentações musicais. As atividades foram um meio para despertar a população da cidade e explicar os motivos que levaram os servidores da educação pública federal a entrar em greve.

Reitora pro tempore não recebe estudantes e servidores no seu primeiro dia depois de ser nomeada pelo MEC



No dia 14 de agosto servidores e estudantes do Colégio Pedro II reivindicaram participar da reunião que a Prof^a. Vera Maria Rodrigues, Reitora pro tempore nomeada pelo MEC, convocou com os diretores das unidades. Os servidores e estudantes foram recebidos com todas as portas de acesso fechadas e, conseqüentemente, foram impedidos de entrar no prédio da Direção Geral. Depois de alguns minutos de negociação os servidores e estudantes entraram na recepção do prédio. O Sr. Gentil, diretor administrativo, informou

que a Reitora pro tempore nomeada pelo MEC teria uma reunião administrativa com os demais diretores e, portanto, não seria possível receber mais ninguém. A circulação pelas demais dependências do prédio foi expressamente proibida.

A nomeação da reitora pro tempore pelo MEC é a consolidação do golpe contra a democracia no CPII, que começou a ser orquestrado desde o dia 02 de julho. A Prof^a. Vera Maria, até então afastada de suas funções por ser candidata à reeleição, assume o papel de interventora e, no seu primeiro ato, assume uma postura antidemocrática, fechando o prédio da Direção Geral e se negando a receber os servidores e estudantes.

É importante lembrar que os servidores, reunidos em assembleia, aprovaram que a greve no CPII só será suspensa após o restabelecimento da democracia interna. Também repudiou o ato do MEC ao nomear a Prof^a Vera Maria sem debate com a comunidade escolar.

No dia 20 de agosto, às 9h no Teatro Mário Lago, será realizada uma assembleia conjunta entre servidores e estudantes para debater e encaminhar nossos próximos passos na luta contra o golpe à democracia no CPII.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 012 – 17 de agosto de 2012

Ato unificado paralisa BR-392 Sul próximo a Pelotas



Servidores, alunos e técnicos administrativos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Instituto Federal Sul-riograndense (IF-Sul-IF-RS) e Universidade Federal de Rio Grande (Furg) realizaram na quarta-feira (15) ato unificado na BR-392 Sul. O protesto ocorreu simultaneamente a Marcha Nacional dos servidores públicos federal que ocorria em Brasília, como forma de pressionar o governo federal contra o descaso com a educação e a falta de negociação com o conjunto dos SPF's. O ato reuniu cerca de 350 pessoas.

Quadro de greve no dia 17/08/2012

QUADRO DA GREVE NO SINASEFE – SEÇÕES E CAMPI QUE ADERIRAM AO MOVIMENTO

Estado	Instituição	Seção	Campus/Campi
Alagoas	IFAL	Sindetfal	Maceió , Reitoria, Arapiraca, Marechal Deodoro, Murici, Satuba, Maragogi, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos – IFAL .
Acre	IFAC	Acre	Rio Branco , Sena Madureira, Xapuri e Cruzeiro do Sul
Amazonas	IFAM	Manaus	Manaus Centro, Manaus Zona Leste, Manaus Distrito Industrial, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga e Maués – IFAM .
Bahia	IFBA	SINASEFE/BA	Salvador , Reitoria, Feira de Santana, Jequié, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Santo Amaro, Seabra, Valença, Camaçari, Simões Filho e Eunápolis – IFBA . Vitória da Conquista e Porto Seguro (somente os técnicos-administrativos) - IFBA . Valença e Uruçuca – IFBAIANO .
		Guanambi	Guanambi – IFBAIANO
		Santa Inês	Santa Inês – IFBAIANO
		Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim – IFBAIANO
Ceará	IFCE	Sindsifce	Fortaleza , Reitoria, Acaraú, Aracati, Baturité, Canindé, Cedro, Crateús, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Sobral, Tauá e Tianguá – IFCE .
		Crato	Crato – IFCE , Umirim
		Iguatu	Iguatu – IFCE
		Cariri	Juazeiro do Norte – IFCE
Distrito Federal	IFB	Brasília	Brasília , Reitoria, Samambaia, Riacho Fundo, Gama, Taguatinga-Norte, Taguatinga-Centro, Planaltina, São Sebastião – IFB .



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 012 – 17 de agosto de 2012

Espírito Santo	IFES	Vitória	Vitória , Reitoria, Aracruz, Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Guarapari, Linhares, Nova Venécia, Piúma, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha – IFES .
Goiás	IF GOIANO	Rio Verde	Rio Verde , Morrinhos – IF GOIANO .
		Urutaí	Urutaí – IF GOIANO .
	IFG	Luziânia	Luziânia – IFG .
		Formosa	Formosa – IFG
		SintefGO	Goiânia – IFG
		Sem seção	Cidade de Goiás – IFG
		Sem seção	Aparecida de Goiânia – IFG
		Sem seção	Reitoria – IFG
		Sem seção	Anápolis – IFG
		Seção Jataí	Jataí
Maranhão	IFMA	Monte Castelo	Monte Castelo – IFMA .
		São João dos Patos	São João dos Patos – IFMA
Mato Grosso	IFMT	Cáceres	Cáceres – IFMT
		Rondonópolis	Rondonópolis – IFMT
		São Vicente da Serra	São Vicente da Serra - IFMT
		Cuiabá	Cuiabá , Reitoria, Bela Vista, Juína, Barra do Garças, Confresa, Pontes e Lacerda – IFMT .
Mato Grosso do Sul	IFMS	Mato grosso do Sul	Campo Grande , Reitoria, Nova Andradina, Três Lagoas, Ponta Porã, Corumbá, Coxim e Aquidauana – IFMS .
Minas Gerais	IFMG	Formiga	Formiga – IFMG ,
		Ouro Preto	Ouro Preto , Congonhas, S. João Evangelista, Governador Valadares- IFMG
		Bambuí	Bambuí – IFMG
	IF SUDESTE DE MG	Barbacena	Barbacena , Santos Dumont – IF SUDESTE DE MG
		Juiz de Fora	Juiz de Fora e Muriaé– IF SUDESTE DE MG
		Rio Pomba	Rio Pomba - IF SUDESTE DE MG
	IF NORTE DE MG	Salinas	Salinas , Arinos – IF NORTE DE MG
	IF SUL DE MG	Inconfidentes	Inconfidentes – IF SUL DE MG
		Machado	Machado e Poços de Caldas - IF SUL DE MG .
		Muzambinho	Muzambinho - IF SUL DE MG .
IF TRIÂNGULO MINEIRO	Uberaba	Uberaba – IF TRIÂNGULO MINEIRO	
	Uberlândia	Uberlândia - IF TRIÂNGULO MINEIRO	
Pará	IFPA	Belém	Belém , Conceição do Araguaia, Bragança e Castanhal, Itaituba, Tucuruí, Altamira e Abaetetuba
Paraíba	IFPB	SINTEFPB	João Pessoa , Campina Grande, Cabedelo, Cajazeiras, Guarabira, Monteiro, Picuí, Patos, Princesa Isabel e Sousa – IFPB .
Paraná	IFPR		Esses servidores não são filiados ao Sinasefe, Mas, estão juntos na luta.
Piauí	IFPI	Corrente	Corrente , Teresina Central, Teresina Zona Sul, Parnaíba, Picos – IFPI .
Pernambuco	IFPE	Recife	Recife , Caruaru, Vitória de Santo Antão, Ipojuca, Barreiros, Belo Jardim, Pesqueira, Garanhuns – IFPE
	IF DO SERTÃO PERNAMBUCANO	SINASEFE-PE	Reitoria, Ouricuri, Petrolina e Petrolina Zona Rural, Salgueiro, Floresta, IF DO SERTÃO PERNAMBUCANO .



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 012 – 17 de agosto de 2012

Rio de Janeiro	IFF	Campos	Campos – Centro, Campos – Guarús, Cabo Frio, Itaperuna, Macaé, Quissamã – IF FLUMINENSE .
	INES	Assines	Instituto Nacional de Educação de Surdos. IFRJ
	COLÉGIO PEDRO	Sindscope	Colégio Pedro II (14 unidades educacionais). IFRJ
	IFRJ	Sindcefeteq	Arraial do Cabo, Engenheiro Paulo de Frontin, Duque de Caxias, Maracanã, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Pinheiral, Realengo, São Gonçalo e Volta Redonda – IFRJ .
Rondônia	IFRO	Ji-Paraná	Ji-Paraná – IFRO
		Porto Velho	Porto Velho – IFRO
		Colorado o Oeste	Vilhena
Roraima	IFRR	Boa Vista	Novo Paraíso, Amajari, Boa Vista e Reitoria– IFRR
Rio Grande do Norte	IFRN	Natal	Natal Central, Natal Cidade Alta, Natal Zona Norte, Macau, Santa Cruz, São Gonçalo, João Câmara, Ipanguaçu, Currais Novos, Nova Cruz, Apodi, Pau dos Ferros, Caicó e Parnamirim, Campus EaD – IFRN
		Mossoró	Mossoró – IFRN
Rio Grande do Sul	IF FARROUPILHA	Alegrete	Alegrete – IF FARROUPILHA
		São Vicente do Sul	São Vicente do Sul - IF FARROUPILHA
			Santo Augusto - IF FARROUPILHA
	IF SUL RIO-GRANDENSE	Pelotas	Pelotas , Visconde da Graça – IF SUL RIO-GRANDENSE .
		Sinasefe Metropoa	Canoas, Porto Alegre, Osório, Restinga – IFRS .
		Seção Bento Gonçalves	Bento Gonçalves , Caxias do Sul, Feliz, Farroupilha e Reitoria– IFRS .
		Rio Grande	Rio Grande – IFRS
	IFRS	Sertão	Sertão e Erechim IFRS
		Escola Vinculada	Frederico Westphalen
		Santa Maria	Colégio Técnico Industrial
Santa Catarina	IF DE SANTA CATARINA	Florianópolis	Florianópolis , Reitoria, Florianópolis/Continente, Florianópolis/Centro, Jaraguá do Sul, São José, Palhoça, Criciúma, Geraldo Werninghaus, Araranguá, Canoinhas, Chapecó, Itajaí, Joinville, Xanxerê, Garopaba e São Miguel do Oeste, Gaspar e Caçador – IFSC .
		IF CATARINENSE	Concórdia
		Santa Rosa do Sul	Sombrio - IF CATARINENSE
		Rio do Sul	Rio do Sul - IF CATARINENSE
		Litoral do Vale do Itajaí	Araquari - IF CATARINENSE
			Camboriu - IF CATARINENSE
			São Francisco do Sul - - IF CATARINENSE
São Paulo	IFSP	São Paulo	São Paulo , Birigui, São João da Boa Vista, Caraguatatuba, Barretos, Matão, Catanduva, Suzar Araraquara, São Carlos e Itapetinga.
Sergipe	IFSE	Aracaju	Aracaju , Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e São Cristóvão – IFSE .
Tocantins	IFTO	Araguatins	Araguatins – IFTO
		Palmas	Araguaína, Palmas , Porto Nacional, Gurupi, Paraiso e Reitoria – IFTO .
Total: 26	Total: 40	Total: 71	Total: 296



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 012 – 17 de agosto de 2012

Comando Nacional de Greve – Participe!

Convocamos todas as seções para que enviem representantes para compor o CNG em Brasília. Neste momento precisamos que as bases se façam presentes para auxiliar na condução da greve.

Os plantões deverão iniciar-se preferencialmente às segundas-feiras, com permanência mínima de 07 (sete) dias e máxima de 12 (doze) dias. As seções deverão ainda encaminhar ao e-mail do CNG, ofício contendo o nome e o período de permanência do participante.

Os custos com passagens serão arcados pelas seções e a hospedagem e diárias pela Direção Nacional.

E-mail do CNG: cnqsinasefe@gmail.com

DIVULGAÇÃO DE ACONTECIMENTOS E ATOS:

Mande você também os acontecimentos e atos realizados por sua base. Ajude a construir história e mostrar que o movimento cresce a cada dia. Esta luta é SUA, esta luta é NOSSA!

E-mail para contatos: cnqsinasefe@gmail.com

Responsáveis por este boletim:

Direção Nacional: Gutenberg de Almeida Nascimento (Plantão da DN), Eulálio Costa (Plantão da DN) e Flavia Maria Carvalho (Plantão da DN)

Comando Nacional de Greve: Alice Marinho R. Lima (Maceió/AL), Higor Fernando Lira (Palmas/TO), Homero Gomes de Andrade (Aracajú/SE), Jefferson Sued (Sintef/PB), Kátia Mota (Sindscope/RJ), Luiane de Araújo (Luziânia/GO), Otávio Bittencourt (Juiz de Fora/MG), Samanta L. Maciel (Vitória/ES), Cintya Flores (Bahia/BA), Giorlando (Brasília/DF), José Vítor (Rio Pomba/MG), Lindon Jonhson (Belém/PA).

Observadores do Comando Nacional de Greve: Paulo Henrique (Florianópolis/SC), Tony Medeiros (Natal/ RN), Wanderlan Porto (Natal/RN), Samir Aquino (Natal/RN).

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE
SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902
Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: dn@sinasefe.org.br – www.sinasefe.org.br



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 012 – 17 de agosto de 2012
